

# Cartagena faz o Brasil mudar de tom

A delegação brasileira que participou da reunião do Grupo de Cartagena regressou ontem de Montevidéu destacando a necessidade de união dos devedores, mais que a de negociações em separado com os credores. Com isso, o governo oficializou a mudança de tom no tratamento da dívida externa.

"A reunião de Montevidéu definiu, pela primeira vez, um objetivo concreto para que todos os países negoçiem suas dívidas na mesma direção", avaliou ao final da tarde de ontem o chanceler Olavo Setúbal. O Grupo de Cartagena foi criado há um ano e meio, na Colômbia, sob a expectativa da união dos devedores da América Latina para a negociação conjunta e política com os credores internacionais.

Mas a delegação brasileira de então — chefiada pelos ex-ministros da Fazenda, Ernane Galvães, e das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro — retornou ao Brasil destacando que cada país deve negociar independente dos demais, já que cada dívida tem um perfil diferente. Desde o início de setembro, com a nomeação de Funaro para dirigir a economia, o governo brasileiro vem alterando a forma de negociar com os credores. Ontem, já dentro do País e longe dos demais devedores, o governo oficializou a mudança do tom dos discursos.

"Foi uma reunião positiva", avaliou o chanceler brasileiro. "Uma reunião que gerou três decisões que considero importantes: primeiro, uma avaliação clara da situação macroeconômica da região feita pelos principais países. Segundo, foram estabelecidos obje-

Os ministros Dílson Funaro e Olavo Setúbal voltaram de Montevidéu falando mais em união de devedores do que em



negociações em separado com os credores, numa clara indicação que o pagamento da dívida terá um tratamento político.

tivos da negociação que todos os países deverão seguir. Isso fará com que as negociações tenham curso paralelo mas com objetivos semelhantes. Terceiro, foi criado um comitê de acompanhamento do desenvolvimento das negociações e da situação macroeconômica que favorecerá um dinamismo maior dentro do Consenso de Cartagena."

Segundo Setúbal, a criação desse comitê de acompanhamento não é a formalização do "clube dos devedores", mas da idéia de que

"há países que estão trabalhando para pagar suas dívidas, e que o fazem por uma decisão de todos, no sentido de não prejudicar o seu desenvolvimento". Quanto ao Plano Baker, Setúbal disse que "o Brasil não é contra, mas apenas acha que o plano acata somente o problema do fluxo de caixa, e assim mesmo parcialmente. O Brasil entende que existem problemas graves no nível da taxa de juros, das taxas de risco, e na queda muito intensa dos preços dos produtos de exportação da

região", completou o chanceler.

O ministro da Fazenda, por sua vez, comentou que o resultado mais concreto da reunião do Grupo de Cartagena foi o aumento do consenso entre os países devedores latino-americanos. Funaro destacou a criação do comitê de acompanhamento do plano de emergência também elaborado na reunião de Montevidéu.

Funaro também disse que o comitê não pretende ser um "clube de devedores". Contudo, ressaltou que

o organismo acompanhará atentamente o desenrolar do plano de emergência, se seus principais pontos estiverem sendo atingidos. "Mas nos reuniremos a qualquer momento, para tomar medidas mais importantes, sempre que os países enfrentarem dificuldades de manter seu crescimento", afirmou.

O ministro também desmentiu a informação de que o Brasil pedirá aos bancos credores que o Plano Baker — que prevê empréstimos aos países devedores — seja utiliza-

do na renegociação dos seus compromissos com vencimento neste ano e em 1986. O Plano Baker será utilizado como uma espécie de aval para que os grandes bancos internacionais assumissem os créditos dos pequenos bancos relativos ao Brasil.

O Plano Baker, observou Funaro, ainda não está implantado, mas em fase final de discussão. O ministro disse que os Estados Unidos ainda não acertaram com os bancos os detalhes do plano e que este funcionará apenas para ajudar na rolagem da dívida, sem nenhuma ligação com o custo do serviço.

Funaro ressaltou que o Plano Baker facilitará apenas o fluxo de caixa dos países devedores, mas em nenhum momento fará baixar o seu nível de endividamento.

Outro ponto importante discutido em Montevidéu, segundo o ministro, foi a questão das condicionalidades para a obtenção de novos financiamentos externos por parte dos países devedores. Funaro disse que o Grupo de Cartagena esclareceu em suas discussões que os países devedores não têm opções de novos créditos para retomar os processos de crescimento: "Os países devem ser livres para poderem pelos seus caminhos. O caminho que o Brasil está trilhando muitas vezes não é compreendido, mas as portas vão-se abrir".

Funaro disse que não acredita na possibilidade de o Brasil chegar a um impasse nas negociações com os bancos credores, já que está disposto a pensar o aval do FMI (Fundo Monetário Internacional). Declarou que o Brasil discutirá "até o último momento", pois é o "direito do País".